

Que pena! A imprensa é livre, mas desinformada. Felizmente nem toda ela; o nosso Terceiro Tempo ao longo de sua existência tem resistido às matérias depreciativas sobre a Previdência Pública abrindo espaços em suas edições para recompor a verdade.

Pensamos em escrever sobre tantos temas, discutir outros assuntos, mas eis que voltamos à mesma tecla ... Previdência Social. Animados com a resistência de aposentados e pensionistas, reunidos em manifestações públicas contra novas perdas e, já antevendo vitórias nos três projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, se deparam com a posição da Senadora Kátia Abreu, relatora do PEC 12 que institui regime especial de pagamento de precatórios pela União, Estados e Municípios. Claro que seu entendimento não beneficia os credores, trabalhadores de um modo geral, mas os devedores que durante longo tempo, casos superiores a 10 anos, vêem rolando os recursos negados, em época própria, ao imenso rol de aposentados e pensionistas – em sua grande maioria. Antes mesmo de oferecer o seu parecer a senadora já defende a causa dos maus pagadores, argüindo a tese de que não se pode “inviabilizar as administrações municipais” e que não se deve “esquecer que existe uma sociedade que precisa ser atendida com esse mesmo dinheiro”. Como aceitar que o valor dos precatórios, aguardando pagamento ano-a-ano, seja tratado como necessário a outros programas? Devem ser estabelecidas prioridades na administração pública que, se correta e justa, tem que saldar, primeiramente, as suas dívidas. O absurdo chega às raias do inconcebível: destinar recursos para um “sistema de leilões públicos pelo qual o governo poderá recomprar precatórios vencidos, com desconto, reduzindo mais rapidamente o estoque da dívida”. – O Valor, 19/03/2009.

Acrescentamos que, ao vender o precatório por valor reduzido, no caso de aposentados e pensionistas, eles serão uma vez mais lesados.

Custa a crer que se pense em tamanha maldade. Resta a convicção que o Senado Federal, preparando-se para a eleição de 2010, quando trocará 2/3 de seus integrantes não irá medir forças com os aposentados e pensionistas do INSS ou do serviço público com uma decisão tão desfavorável e perversa. O senador Paulo Paim será, na casa, a resistência desses trabalhadores, onde também se incluem muitos trabalhadores ativos.

Alguma medida saneadora há de ser tomada para impedir o acúmulo de tantos precatórios por pagar. A justiça, embora lenta, vem concluindo os processos e autorizando a sua execução. No Brasil, do jeitinho e da impunibilidade, teria que sobrar também na área administrativa, o não cumprimento das obrigações, sem que se ofereça qualquer sanção pelo dolo praticado. Há referência na matéria do citado Jornal que a “Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), faz forte oposição à PEC – por considerá-la a legalização de um calote”.

Vamos fazer coro com a OAB, defender nossos direitos, escolher melhor os parlamentares e talvez vejamos, não muito longe, uma luz no fim de túnel. Recursos não faltam para que sejam quitados todos os precatórios. Lá, no superávit primário, encastelado pela política econômica do governo, estão os recursos para banir esse calote da administração federal.

Vejam o exemplo da construção de um milhão de moradias que utilizará recursos do Orçamento Geral da União, onde estão incluídas as receitas da Seguridade Social. Não somos contra a construção de moradias, direito constitucional. Só que o programa, poderia ter sido concebido há muito tempo atrás, com uso desses mesmos recursos o que seria benefício para a criação de empregos, de impulso na indústria e no comércio, enfim em toda a economia.

Em tempo, não se preocupem com a manchete o “Déficit da Previdência sobe 20%”, isso é barriga de jornal e desconhecimento de quem deu as entrevistas. A Seguridade Social vai bem apesar da crise financeira e das sucessivas isenções, parcelamentos, decadências e outras permissividades a mais.

---

\* Clemilce Carvalho – AFRFB, clemilcecarvalho@bol.com.br.